

HABEAS CORPUS Nº 549.193 - RS (2019/0359681-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **ANDREI ZENKNER SCHMIDT E OUTROS**
ADVOGADOS : **BRUNA ASPAR LIMA - RS064164**
TAPIR TABAJARA CANTO DA ROCHA NETO - RS084515
GUILHERME BOARO - RS097795
ANDREI ZENKNER SCHMIDT - RS0051319
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PACIENTE : **DJODEL MATEUS SPENGLER (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de DJODEL MATEUS SPENGLER contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou a ordem no julgamento do HC n. 0283266-27.2019.8.21.7000, assim ementado (e-STJ fl. 238):

HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. LAVAGEM DE CAPITAIS. USURA PECUNIÁRIA OU REAL. LEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. Ausente qualquer ilegalidade, pois não se verifica mora processual decorrente de inércia imputável ao aparato judicial ou ao órgão ministerial. O excesso de prazo somente é passível de embasar a revogação da prisão preventiva em hipóteses excepcionais de mora imputável ao aparato judiciário, quando as circunstâncias fáticas assim exigirem, as quais, no caso concreto, não estão configuradas de plano. O prazo considerado suficiente pela doutrina e pela jurisprudência para o término da colheita das provas, não é peremptório, devendo eventual excesso ser analisado isoladamente. O Ministério Público, a partir dos elementos de informação oriundos da "Operação Display", deflagrada na região de Santa Rosa/RS, visando desmantelar organização criminosa liderada pelo paciente, e articulada para mascarar ganhos oriundos de infrações antecedentes (usura pecuniária ou real), ofereceu a denúncia em que imputada a prática de sete fatos a nove denunciados. Considerando que o trâmite da ação criminal se mostra regular, sopesando as peculiaridades do

caso, especialmente as diversas diligências e os dois pedidos de suspensão de prazo para apresentação de resposta à acusação, formulados pela própria defesa, o que provoca maior morosidade ao processo, não se constata constrangimento apto a ensejar a concessão da ordem pelo fundamento do excesso de prazo na formação da culpa. Magistrada do primeiro grau que vem empenhando esforços no sentido de concluir a coleta da prova. E segundo pacificado entendimento jurisprudencial, considerando a complexidade do feito, é justificada a dilação da previsão de encerramento da instrução processual, sem configurar constrangimento ilegal à liberdade do denunciado em custódia cautelar.

Ordem denegada.

O paciente teve a sua prisão preventiva decretada em 9/8/2019 e foi denunciado pela suposta prática dos crimes nos artigos 4º, "a", da Lei n. 1.521/51 (usura); artigo 1º, § 4º da Lei n. 9.613/98 (lavagem de dinheiro); e no artigo 2º, § 3º da Lei n. 12.850/2013 (organização criminosa) - "Operação Display" (denúncia às e-STJ fls. 190/205).

Inconformada com o decreto prisional, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário cuja ordem, como antes relatado, foi denegada (e-STJ fls. 238/248).

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/9), a defesa sustenta, em síntese, a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que se encontra recolhido há mais de 100 dias. Alega que o feito tem apresentado morosidade processual injustificável, irrazoável e não imputável a ela.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão preventiva imposta ao paciente, com a imediata expedição de alvará de soltura a fim de lhe ser assegurado o direito de responder em liberdade a acusação.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **não** visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, o Tribunal estadual entendeu não haver demora injustificada, como se depreende dos seguintes trechos do acórdão (e-STJ fls. 243/247):

Com relação ao excesso de prazo para a formação da culpa, saliento que este fundamento somente é passível de embasar a revogação da prisão preventiva em hipóteses excepcionais de mora imputável ao aparato judiciário, quando as circunstâncias fáticas assim exigirem, as quais, no caso concreto, não estão configuradas de plano. Ademais, cumpre ressaltar que o prazo considerado suficiente pela doutrina e pela jurisprudência para o término da colheita das provas, não é peremptório, devendo eventual excesso ser analisado isoladamente.

Na hipótese, à luz das informações prestadas e daquelas obtidas junto ao sistema informatizado desta Corte, verifica-se que o paciente foi preso preventivamente em 13.08.2019. O inquérito policial da denominada "Operação Display", deflagrada na região de Santa Rosa/RS, visando desmantelar organização criminosa, liderada pelo paciente, e articulada para mascarar ganhos oriundos de infrações antecedentes (usura pecuniária ou real), foi concluído e remetido ao Poder Judiciário em 22.08.2019.

O Ministério Público, em 13.09.2019, ofereceu denúncia em que imputada a prática de sete fatos a nove denunciados. O paciente, mais especificamente, foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 42, alínea "a", da Lei nº 1.521/51, do artigo 12, §42, da Lei nº 9.613/98, e do artigo 22, §32, da Lei nº 12.850/13.

Em 16.09.2019, a denúncia foi recebida, oportunidade em que determinado, a pedido da autoridade policial, o bloqueio de contas bancárias, o seqüestro de bens, a expedição de mandando de busca e apreensão, além de autorização para a Polícia Civil e a Brigada Militar utilizarem veículos apreendidos durante as diligências preliminares.

No dia 29.10.2019, após o recebimento das senhas de acesso a CDs de mídia, até então não disponíveis nos autos, a autoridade coatora, atendendo a pleito defensivo, determinou a reabertura do prazo para apresentação de resposta à acusação a todos os réus.

Em seguida, em 06.11.2019, a defesa apresentou novo pedido de suspensão do prazo de apresentação de resposta à acusação, sob o argumento de que a prova produzida na investigação policial não havia sido trazida aos autos em sua integralidade, e postulando, por conseguinte, uma série de diligências com este fim.

Os pedidos restaram assim apreciados pela autoridade coatora, em 11.11.2019:

[...]

Atualmente, portanto, o feito aguarda o cumprimento desta série de providências requeridas pela defesa, encontrando-se o prazo para oferta de resposta à acusação novamente suspenso, também a pedido dos próprios impetrantes.

Assim, considerando que o trâmite da ação criminal se mostra regular, sopesando as peculiaridades do caso, especialmente os mencionados requerimentos formulados pela própria defesa, que evidentemente provocam maior morosidade ao processo, não se constata

constrangimento apto a ensejar a concessão da ordem pelo fundamento do excesso de prazo na formação da culpa.

Ademais, segundo pacificado entendimento jurisprudencial, considerando a complexidade do feito, consoante suficientemente exposto, é justificada a dilação da previsão de encerramento da instrução processual, sem configurar constrangimento ilegal à liberdade do denunciado em custódia cautelar.

Cumprе ressaltar, além disso, que ao contrário do sustentado pelos requerentes, o processamento da demanda não enfrentou qualquer lentidão em razão da greve dos servidores do Poder Judiciário, em curso ao tempo da impetração do presente writ. A autoridade dita coatora, ao prestar as informações de prazo, ressaltou que "não há nenhum servidor desta Vara participando do movimento grevista, de modo que o Cartório e o Gabinete operam de forma normal, inexistindo morosidade processual", e ainda pontuou que, apesar do "elevado número de réus, a envergadura das investigações e a complexidade do feito, estão sendo adotadas todas as providências necessárias para agilizar o andamento do presente processo" (qrfos).

Não merecem acolhida, portanto, as alegações em que se apoiaram os impetrantes para lançar mão da presente ação autônoma de impugnação.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, informando de maneira detalhada os eventos que acarretaram eventual demora no processamento da ação penal, bem como o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator